



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº41/2023

Período: 04/11/2023-10/11/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Senador propôs restrições a militares da ativa em cargos políticos
- 2- Operações de Garantia da Lei e da Ordem entraram em vigor e geraram repercussão política
- 3- Presidente Lula afirmou que decreto da Garantia da Lei e da Ordem atingirá o crime organizado
- 4- Enem voltou a abordar questões sobre a ditadura militar no Brasil
- 5- Colunas opinativas comentaram sobre uso de GLO na segurança pública
- 6- Pedido do tenente-coronel Cid para se reintegrar ao Exército foi negado no STF

1- Senador propôs restrições a militares da ativa em cargos políticos

Reportagem publicada pelo periódico *Folha de S. Paulo* informou que o senador do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Jorge Kajuru, representante do estado de Goiás, em uma reunião com José Múcio Monteiro, ministro da Defesa, manifestou a intenção de buscar proibir a participação de militares da ativa na liderança de ministérios a partir de 2025, bem como a proibição de suas candidaturas nas eleições municipais de 2024. O senador atua como relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que restringe a participação de militares da ativa em cargos políticos. Segundo a reportagem, espera-se que a PEC seja votada no Senado até o final de novembro de 2023. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o governo já planejava propor medidas para impedir que militares da ativa das Forças Armadas concorressem a eleições ou ocupassem cargos no alto escalão do Executivo. O objetivo seria evitar situações semelhantes às ocorridas no governo do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), que nomeou militares da ativa em funções estratégicas do Executivo. No entanto, a ala política do governo optou por enviar a PEC ao Congresso de forma mais limitada. A proposta deixou de incluir a proibição de militares da ativa nos ministérios. O relator, entretanto, tenta um entendimento com o governo e sugere que essa proibição entre em vigor a partir do ano de 2025. Além disso, Kajuru considera a possibilidade de restringir a ocupação de cargos de secretário-executivo por militares da ativa. Assim, se um militar aceitar o convite para ser ministro ou secretário-executivo, terá que se aposentar. A reportagem da *Folha* reforçou que a ideia mais controversa em análise pelo relator é antecipar o efeito da PEC para as eleições de 2024.

Especialistas acreditam que isso pode gerar questionamentos jurídicos, uma vez que a Constituição estabelece a necessidade de modificar as regras eleitorais com pelo menos um ano de antecedência ao pleito. Mesmo que a PEC progrida rapidamente no Senado durante o mês de novembro, ainda não há um prazo definido para sua aprovação na Câmara dos Deputados. O jornal explicou que devido ao fato de se tratar de uma alteração na Constituição, o processo legislativo torna-se mais demorado. (Folha de S. Paulo - Política - 04/11/23)

2- Operações de Garantia da Lei e da Ordem entraram em vigor e geraram repercussão política

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a operação federal de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), instituída pelo decreto 11.765, entrou em vigor no dia 06/11/2023 em portos e aeroportos dos estados de São Paulo (SP) e do Rio de Janeiro (RJ). O decreto foi assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 01/11/2023, com o objetivo de combater o tráfico de drogas e de armas, e prevê que a GLO terá duração até 03/05/2024. De acordo com os jornais, a operação se dará a partir de mobilização integrada das Forças Armadas, que terão “poder de polícia” nos portos de Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Itaguaí (RJ), e nos aeroportos do Galeão (RJ) e Guarulhos (SP), bem como atuação ampliada da Marinha com a Polícia Federal nos acessos ao porto de Santos, além das baías de Guanabara e Sepetiba, ambas no Rio de Janeiro, e no lago de Itaipu, que banha 16 municípios e por onde ocorre o escoamento de grãos na divisa do oeste paranaense com o Paraguai. A atuação da Marinha contará com 1.900 militares, além de 120 navios, carros anfíbios e viaturas blindadas. A operação também conta com representantes da Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Autoridade Portuária de Santos e Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis. No primeiro dia de operações, houve movimentações em todos os portos e baías, porém ocorreram apenas inspeções de documentos e cargas nos portos de Santos, Rio de Janeiro e Itaguaí, não havendo prisões ou apreensões. Os aeroportos do Galeão e de Guarulhos operaram normalmente, com os militares atuando na área de manobra de aeronaves e no setor de movimentação de bagagens com cães farejadores em busca de drogas e munição. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Polícia Federal e Receita Federal apoiaram as ações. Segundo a *Folha*, o porto e o aeroporto paulistas foram incluídos na operação por serem as principais portas de entrada de passageiros e cargas do país. O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, declarou-se “absolutamente favorável” à operação e disse acreditar que não haverá transtornos para quem já utiliza o porto. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o comandante da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen, afirmou que “a lei complementar, no que tange aos portos, nos confere uma atuação limitada de apoio logístico, de inteligência, de comunicação e de instrução. Então para que ocorra o emprego de tropas nessa área é necessário um decreto de GLO (Garantia de Lei e Ordem)”. Na Câmara dos Deputados, contudo, a repercussão da GLO foi negativa, com o deputado federal Ubiratan Sanderson (PL-RS), presidente da Comissão de Segurança Pública, criticando a operação por trazer “pouco resultado prático”, tendo em vista que conta com tempo de duração determinado

e com proibição de atuação em “áreas conflagradas”. O deputado também questionou o cunho político da operação por não incluir a Bahia, cujos índices de violência urbana são “os piores do país” e anunciou que um grupo de parlamentares da oposição pretende invalidar ou modificar a operação por meio de um projeto de decreto legislativo. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Álvaro Costa e Silva afirmou que Lula se encontra num “beco estreito”. O jornalista comentou que o atual presidente sabe que os adversários investirão nos debates sobre criminalidade, reprisando a tese de que governos de esquerda não conseguem ou não têm projetos para a área. Além da GLO, o governo reforçou a atuação das Forças Armadas nas faixas de fronteiras. (Correio Braziliense - Política - 07/11/23; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 07/11/23; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 07/11/23; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 07/11/23)

3- Presidente Lula afirmou que decreto de Garantia da Lei e da Ordem atingirá o crime organizado

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante a transmissão ao vivo semanal do programa *Conversa com o Presidente* afirmou que a operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nos aeroportos e portos do Rio de Janeiro e de São Paulo têm o foco de “definitivamente tirar o poder do crime organizado”. O presidente ainda salientou: “estamos combinados com governadores, Polícia Federal, Marinha, Aeronáutica, Exército, Força Nacional e Polícia Rodoviária Federal”. Nessa operação, que durará cerca de seis meses, as Forças Armadas vão atuar em portos e aeroportos junto com as forças de segurança e de fiscalização que já atuam nessas unidades. Além disso, tanto o Exército quanto a Aeronáutica vão ampliar sua atuação nas fronteiras, em conjunto com a PF e a Polícia Rodoviária Federal, principalmente no Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul porque, segundo o ministro da Justiça e Segurança Pública Flávio Dino, “há ligação logística com as facções que atuam no Rio e em São Paulo”. Investigações também apontam que há uma entrada de armas de grosso calibre e drogas no Brasil através da fronteira dos estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul com o Paraguai. Ainda segundo o jornal, a GLO decretada por Lula tem uma diferença das anteriores — que se focaram em assumir o comando das polícias estaduais — porque dessa vez estará limitada a áreas federais, empregando cerca de 3,7 mil militares nessa operação. Corroborando com este cenário, houve a criação do Comitê de Inteligência Financeira e Recuperação de Ativos (Cifra), um grupo de inteligência oficializado pelo ministro Flávio Dino e pelo governador do estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, que possui o intuito de complementar o trabalho das Forças Armadas em portos e aeroportos. De acordo com o *Correio Braziliense*, “o grupo reunirá agentes da Polícia Federal (PF) e da Polícia Civil do Rio de Janeiro, além de integrantes de órgãos de controle de atividades financeiras”. No âmbito internacional ocorreu a gênese da Ameripol, uma organização policial internacional, similar a Interpol, que abarca 30 países da América e é focada no combate ao crime organizado internacional. (Correio Braziliense - Política - 08/11/23; Correio Braziliense - Política - 09/11/23)

4- Enem voltou a abordar questões sobre a ditadura militar no Brasil

Segundo reportagens dos periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), após três anos, voltou a abordar conteúdos do período da Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil, que não foram cobrados durante o governo do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (2019-2022). Anteriormente, em todas as edições desde 2009, a Ditadura foi um dos temas do exame. Segundo o diretor do cursinho da Poli, Giba Alvarez, entrevistado pela *Folha*, “o Enem não tem mais buracos na história do Brasil, todos os períodos importantes da nossa história voltaram a ser cobrados”, e ainda afirmou que os assuntos abordados no Enem se tornam mais valorizados na sala de aula. *O Estado de S. Paulo* destacou que duas questões na prova de Ciências Humanas trataram do regime militar, “uma primeira relacionada ao processo de sindicalização rural e outra que abordava instrumentos de repressão presentes no período”. Para o periódico, especialistas também analisaram como positivo o retorno desse tema ao maior exame do país. (*Folha de S. Paulo - Educação - 06/11/23*; *O Estado de S. Paulo - Educação - 06/11/23*)

5- Colunas opinativas comentaram sobre uso de GLO na segurança pública

Em coluna opinativa no periódico *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Wesley Galzo lembrou o uso de decretos de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs) na segurança pública. Segundo levantamento do periódico em dados do Ministério da Defesa, desde 1992 foram realizadas 146 operações, que aumentam o poder das Forças Armadas na sociedade. Para o jornalista, essas GLOs servem como uma “muleta” para enfrentar a criminalidade e omitir informações sobre a incapacidade estatal de formular políticas públicas na área da segurança. Galzo destacou que, em tempos de crise, todos os presidentes democraticamente eleitos do país escolheram utilizar os militares para enfrentar o problema, lembrando que Fernando Henrique Cardoso foi o presidente que mais convocou GLOs, com 46 decretos assinados em oito anos de governo, e o segundo foi Luiz Inácio Lula da Silva, com 41 decretos em três mandatos. A primeira GLO do terceiro mandato de Lula começou no dia 06/11/2023, autorizando o Exército, a Marinha e a Aeronáutica a atuarem em portos e aeroportos nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, e foi assinada quatro dias após o presidente Lula afirmar que enquanto estivesse na presidência não haveria GLO. O levantamento realizado pelo periódico mostra que as GLOs não são usadas apenas em casos de crises na segurança pública, mas também em grandes eventos, onde os militares atuam em sua área de formação, abrangendo 26,7% do total de decretos assinados, 16,4% no período eleitoral, 16,4% para conter escalada de violência urbana e outros, e 17,8% para atuar em greves de policiais. As demais são categorizadas pelo Ministério da Defesa como “outros” e abrange atuações como em desastres ambientais e em rebeliões em presídios. Segundo o professor de segurança pública na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e associado ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Rafael Alcadipani, entrevistado pelo periódico, essa quantidade de decretos assinados demonstra “completa falência do Estado Brasileiro” em lidar com essa violência. Também em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, o jornalista e analista político Diogo Schelp afirmou que o governo Lula criou uma “factoide que não resolve no longo prazo o descontrole da criminalidade”, arriscando gerar novos problemas para os quais as Forças Armadas não possuem treinamento

adequado. Para o jornalista, as operações de GLO que foram decretadas desde 2010 são adaptações das doutrinas de contra insurgência, herança de operações de paz e da Ditadura Militar (1964-1985), acrescentando ainda que o uso de militares na segurança pública é normal em toda a América Latina. (O Estado de S. Paulo - Política - 06/11/23)

6- Pedido do tenente-coronel Cid para se reintegrar ao Exército foi negado no STF

O periódico *O Estado de S. Paulo* noticiou que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes negou o pedido da defesa do tenente-coronel Mauro Cesar Barbosa Cid para reassumir funções administrativas no Exército e retirar a tornozeleira eletrônica. O periódico lembrou que Cid foi preso em maio de 2023 sob suspeita de envolvimento em esquema de fraude em cartões de vacinação. Em setembro, teve acordo de delação premiada aprovado por Moraes, foi liberado do quartel onde estava detido e passou a cumprir medidas cautelares como se afastar das funções como oficial do Exército, usar tornozeleira eletrônica e não acessar redes sociais. A defesa do militar argumentou que o retorno às funções no Exército, além de garantir o salário de R\$ 27 mil, sem o qual ficaria em “situação de extrema dificuldade financeira”, não colocaria em risco o andamento das investigações. O ministro Alexandre de Moraes, no entanto, de acordo com o periódico, negou o pedido e disse que as medidas cautelares “ainda revelam-se necessárias”, e que seria “absolutamente prematuro remover as restrições impostas ao investigado”. (O Estado de S. Paulo – Política – 10/11/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli
Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Isabelle Costa
Marcela Furlan de Cena
Mariana Terezinha Passos
Rodrigo Freitas de Souza
Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos
Geremias Dias dos Santos de Carvalho
Letícia Ramos da Rocha
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva
Vinícius de Albuquerque Damasceno
Vinícius Menezes Aguiar